



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 29 de Novembro de 2019

## Máfia das creches em SP negociava ONGs a R\$ 8.000, infica investigação

Artur Rodrigues  
SÃO PAULO

A máfia das creches criou uma indústria de ONGs de fachada com objetivo de gerir unidades terceirizadas, apontam investigações da Polícia Civil de São Paulo. Uma entidade com estatuto e documentação em dia pode custar a partir de R\$ 8.000, segundo negociações interceptadas durante apuração.

A policiais do 10º Distrito Policial (Penha), o Ministério Público e a CGM (Controladoria Geral do Município) investigam um esquema que envolve desvios de creches terceirizadas da Prefeitura de São Paulo.

Reportagens da Folha sobre a atuação dessas entidades estão entre os gatilhos das operações, que já resultaram em mandados de busca e apreensão, o descredenciamento de mais de cem creches e descoberta de prejuízos milionários.

As entidades terceirizadas, que permitiram o salto no número de vagas nos últimos anos, recebem juntas R\$ 170 milhões ao mês da prefeitura. No entanto, apresentam falhas no controle que permitiram que grupos criminosos usassem brechas para desvios.

O aprofundamento das investigações sobre a atuação de escritórios de contabilidade envolvidos no esquema, com apreensão de documentos e aparelhos eletrônicos, revelou a atuação do grupo em diversas outras áreas.

Entre elas, está a fabricação de organizações sociais (Oscips, que podem firmar convênios com o governo) voltadas para obter lucro em um meio no qual, segundo a legislação, a atuação deve ser exclusivamente filantrópica. A Folha localizou na internet diversos anúncios de venda de Oscips e também escritórios que dizem ser especialista na "transferência" das

entidades.

Um telefone de um dos donos de escritório de contabilidade, que foi apreendido, revelou conversas que, segundo os registros policiais, ilustram como se dá a negociação para criar uma entidade — procedimento que, quando feito da maneira correta, exige a aprovação em etapas como a realização de uma assembleia, criação de um estatuto e registro em cartório.

As entidades, algumas vezes, são criadas em nome de laranjas e chegam a ser negociadas, indica a investigação. Segundo as conversas rastreadas pela polícia, os preços que variam entre R\$ 8.000 e R\$ 13 mil. O valor depende de certidões, credenciamento e autorizações que cada entidade possui.

A polícia apura tanto a criação de instituições para a venda quanto a comercialização de associações ociosas, criadas com algum objetivo que não foi concretizado. Como a





criação de uma ONG envolve vários custos, seria um meio de não tomar prejuízo.

Os registros policiais mostram que um dos contadores investigados por este tipo de negociação é Isaque Gomes dos Santos, do escritório Prime SP, cujo endereço foi alvo de mandado de busca e apreensão pela polícia.

A investigação apontou que ele seria responsável por um "balcão de negócios" de ONGs e, em conversa obtida pela polícia, chegou a ser questionado por um possível comprador se a venda seria parcelada.

Enquanto o escritório de Santos prestava serviços para sete entidades com ao menos 30 creches, foram encontrados problemas na prestação de contas, devido a recolhimento de contribuições sociais de funcionários que não condiziam com os extratos apresentados, diz investigação da CGM (Controladoria Geral do Município).

Segundo essa investigação, ao mesmo tempo em que cuidava das contas de entidades, o contador também era presidente de uma delas, o Instituto Educacional e Social Viva

a Vida, que geria uma creche, a CEI Margarida.

O escritório que aparece com mais frequência como responsável por entidades que cometem fraudes é o FGM Contabilidade, de Jefferson Alves Ferreira e Thiago da Silva Soares, apontam as investigações. O site da empresa oferece "soluções contábeis com qualidade, agilidade e confiabilidade para Associações do Terceiro Setor com parceria com a Prefeitura de São Paulo no âmbito da Secretaria Municipal de Ensino".

O estopim para as investigações da máfia das creches foi a suspeita de falsificação de guias de recolhimentos sociais de funcionários das creches, com desvio de dinheiro —até agora, a prefeitura já achou R\$ 10 milhões em desvios.

No caso do FGM, a Controladoria constatou que, quando entidades contratavam o escritório, os valores passaram a ser recolhidos "em desacordo com os verificados no referido extrato".

A polícia ainda suspeita que o FGM e outros escritórios, como Elion Contabilidade, abriram uma série de ONGs e empresas de fachada para atuar no ramo

educacional. O Elion está em nome de Cláudio Dias Fermino.

Há diversas ONGs de responsabilidade do escritório Elion, com endereço do próprio local ou coincidentes, em nome de Fermino ou de outro homem, Gabriel Leonardo Silva.

Entre as entidades cadastradas como tendo função na área da educação que aparecem na investigação e estariam prontas para possíveis convênios com a prefeitura, estão Associação dos Trabalhadores da Vila Regente Feijó e Associação Ungidos para o Bem. Há até a Associação dos Moradores Humildes do Anália Franco, bairro abastado da cidade.

A polícia também identificou uma série de empresas ligadas aos escritórios de contabilidade, em diversas áreas como alimentos, loja de brinquedos e papelarias —todos ramos que, em tese, poderiam ser fornecedores das creches.

No esquema criminoso, essas empresas poderiam servir para fornecer notas falsas. A polícia tem dificuldade de apurar o crime, uma vez que as notas fiscais não ficam em poder da prefeitura, mas das entidades.





Medida recente da gestão Bruno Covas (PSDB), que passou a transferir em dinheiro o valor para que as entidades comprassem os próprios alimentos frescos como verduras e vegetais, aumentou o risco de desvios. Após o escândalo vir à tona, porém, a prefeitura cogita reverter a medida.

Após a eclosão do caso, a gestão passou a tomar uma série de medidas voltadas a tentar aumentar o controle sobre as entidades, como exigir das parceiras inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, título de Utilidade Pública Municipal e, no mínimo, 24 meses de atividade.

Entre as exigências previstas está o atestado de antecedentes criminais —uma medida que se encaixa na suspeita policial de que os integrantes de ONGs tenham envolvimento com o crime organizado.

Paralelamente, o Ministério Público investiga influência política nessas entidades e creches.

A reportagem procurou nos últimos dias os responsáveis pelos escritórios Prime SP, FGM e Elion por email e telefone, mas não obteve resposta.





## Como funciona a máfia das creches



**1 Prefeitura** de SP tem dois sistemas de creche, as diretas e as terceirizadas. No segundo caso, são feitos convênios com entidades do terceiro setor



**2 As entidades** recebem verbas para gerir as unidades, incluindo compra de alimentos e locação do imóvel...



**3 ...mas escritórios de contabilidade** criam e comercializam entidades de fachada, que usam empresas também de fachada, para desviar esses recursos



**Irregularidades**  
Uso de comércios de fachada como fornecedores para desviar verba



Locação de imóveis superfaturados de pessoas próximas às entidades



Falsificação de guias e desvios de encargos de funcionários



Pagamento de propina a funcionários públicos para ajudar no esquema



Aparelhamento político



**4 As creches** conveniadas recebem cerca de R\$ 170 milhões ao mês, e têm cerca de 290 mil alunos de 0 a 3 anos





**Números  
do esquema**

**119**  
**unidades**  
com aluguel  
superfaturado

**R\$ 10**  
**milhões**  
em desvios de  
encargos trabalhistas

**116**  
**unidades**  
descredenciadas por  
desvios e falsificações

**2 operações**  
**policiais,**  
para cumprimento  
de mandados de  
busca e apreensão

**1 pessoa**  
**presa**  
com uma arma ilegal

Fonte: Polícia Civil e Prefeitura de SP

## Professores e estudantes criam WebTV em escola da periferia

### DIAS MELHORES

Patrícia Vilas Boas

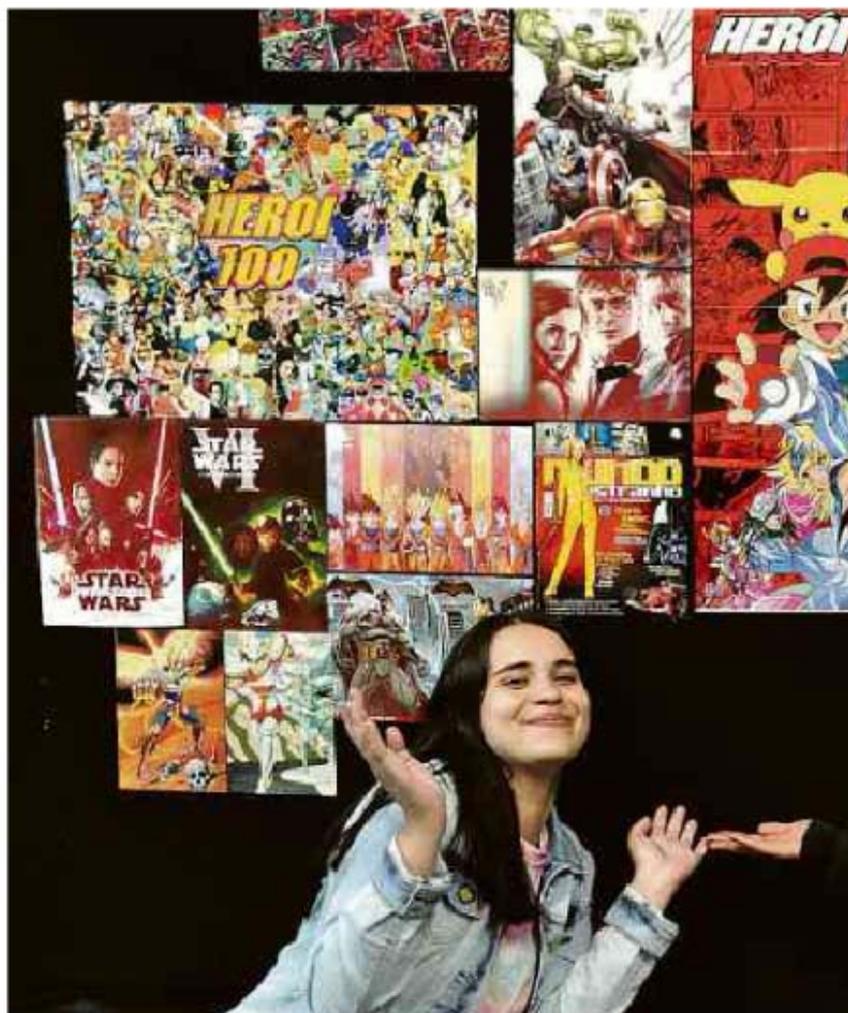
SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL Kevin Guilherme Souza, 13, é estudante do 8º ano do ensino fundamental. Mas, neste ano, virou apresentador de TV.

Ele comanda o quadro Nerd Mania na escola estadual Professor Amador dos Santos Fernandes, que desde o ano passado lançou uma WebTV. “Por mim, eu ficava aqui [no programa] no 1º, 2º, 3º [ano do ensino médio]”, diz Kevin. “As escolas que frequentei nunca tinham um negócio assim para os alunos. Eram mais lição, no máximo um interclasse e só.”

A escola fica no Jardim Rubru, no distrito da Vila Curuçá, zona leste de São Paulo. A ideia da WebTV foi do professor de artes, história e geografia Silas Maciel, 48. Foi criado pequeno estúdio, e o trabalho É publicado no YouTube.

A inspiração veio de um projeto realizado na escola Ayrton Busch, de Bauru (SP), onde alunos faziam reportagens. No caso da Amador, porém, novos quadros foram incorporados após sugestões dos alunos. “A ideia do nosso canal é ser diversificado”, diz Maciel.

Há jogos de perguntas e respostas, entrevistas com ex-alunos, dicas de língua portuguesa e matemática e a cobertura



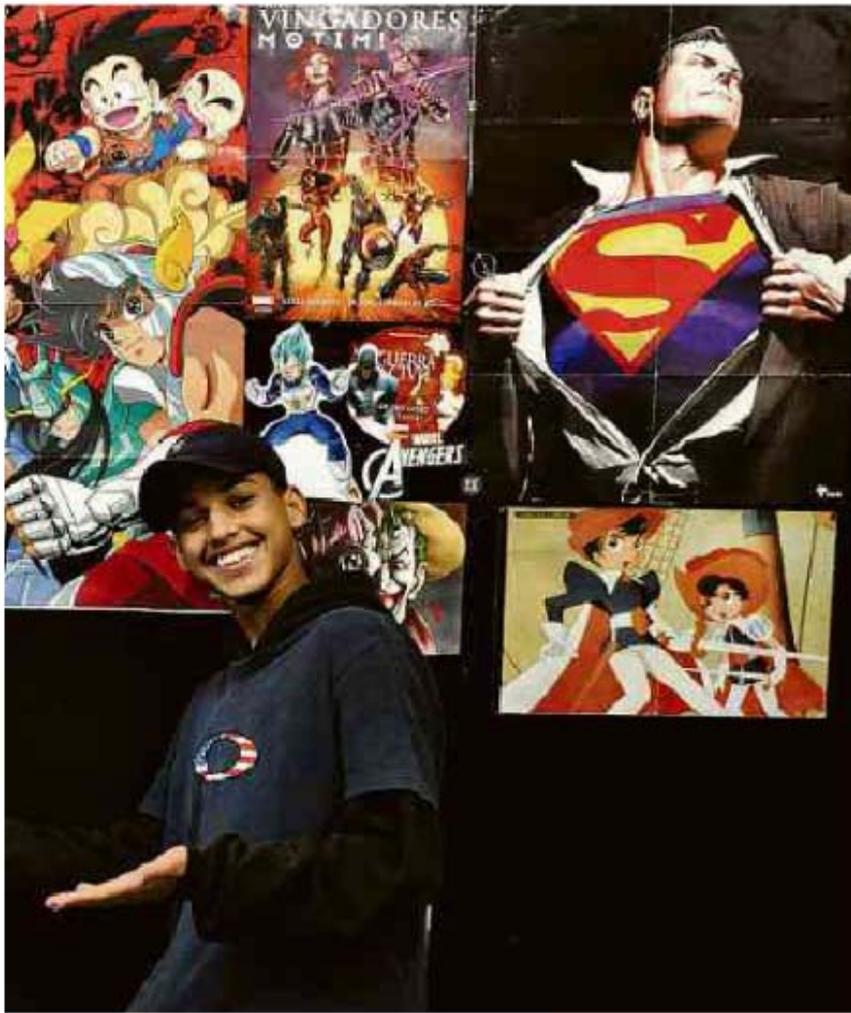
Isadora Barbosa e Kevin Souza participam de programas da WebTV de escola da zona leste de São Paulo

de eventos regionais. “A gente tentou construir com eles”, diz o educador. “Esse [quadro] Desafio Amador foi o próprio aluno que sugeriu”, afirma, citando programa de perguntas e respostas da escola.

Kevin participou do Nerd Mania após ser incentivado

pelo professor eventual de história Marcos Vinicius Santos Brasileiro, 35, que apoiou a criação do quadro e ajudou na montagem de cenário. “Ele viu que alguns alunos tinham mais interesse em HQs, filmes. Chegou em nós e conversou: ‘pessoal, a gente está queren-





Patrícia Vilas Boas/Agência Mural

do formar um novo canal na WebTV, vai tratar de assuntos [como] filmes, animes, HQs. Tudo do mundo nerd”, diz.

Além de Silas e Vinicius, outros professores apoiam a ação de forma voluntária, como o coordenador, Cássio Nascimento Souza, 38. Ele auxilia

na produção de conteúdo para o canal há um ano e é voluntário responsável pela edição dos vídeos. “A tecnologia tem que caminhar com a educação. O aluno se envolve mais e aprende de forma diferente”, diz Souza. “Quem participa quer viver na escola.”

A produção de conteúdo, assim como a estruturação dos cenários e os materiais usados, é feita pelos alunos e educadores de forma colaborativa. Cada professor ou aluno traz seu pôster para compor os cenários ou equipamento para auxiliar nas gravações.

“A gente tem tripé, usa meu celular, usa o microfone que é do Silas, que ele trouxe para a escola. Fizemos um banner para ser o fundo do nosso Desafio Amador. Tudo dinheiro nosso”, relata Cássio.

Estudante do 9º ano, Isadora Pedrosa Barbosa, 15, é repórter da WebTV Amador. A jovem já entrevistou a primeira-dama Bia Dória e Viviane Senna. “O pessoal aqui da escola falou que eu levo muito jeito para jornalismo”, diz.

Os educadores dizem que a falta de tempo é um desafio. “Gostaríamos de envolver mais pessoas, mas a gente não tem estrutura”, diz Cássio.

Há até fila de espera para participar das gravações do canal. Em média, 20 alunos estão envolvidos. Além das habilidades desenvolvidas pelos alunos com a atividade extracurricular, os jovens ganham apoio dos familiares. “Minha mãe adora. Ela assiste a todos”, diz Isadora. “Meu pai prefere que eu fique aqui do que na rua. Eu aprendo também”, afirma Kevin.

## Revalida terá etapa digital e participação de faculdade privada

Natália Cancian

**BRASÍLIA** O Ministério da Educação anunciou nesta quinta-feira (28) mudanças no Revalida, exame aplicado para revalidar diplomas de médicos formados no exterior.

Entre as medidas, está a aplicação da prova duas vezes por ano e a possibilidade de que a primeira fase ocorra de forma digital. Também haverá mudanças no custo para os candidatos e na lista de instituições que podem participar do processo, o qual poderá ser feito também por faculdades privadas.

O exame continuará a ser aplicado em duas etapas. A primeira é teórica, composta por questões objetivas. Já a segunda é uma fase prática, em que os médicos pas-

sam por avaliação de habilidades clínicas.

A previsão, porém, é que essa primeira fase passe agora a ser feita pelo computador, em datas e locais predeterminados. A prova também passará a incluir questões de saúde mental, devido às mudanças recentes nas diretrizes curriculares.

O candidato que passar na primeira fase também terá direito a ir direto para a segunda etapa numa segunda tentativa, caso não seja aprovado — nos mesmos moldes do que hoje ocorre em exames da OAB.

Parte dessas medidas já haviam sido divulgadas em julho pelo MEC. A pasta, porém, aguardava a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso para que as mudanças pu-

dessem passar a valer. O texto ainda aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O anúncio das medidas, no entanto, ocorre após uma polêmica no Congresso junto às entidades médicas, para quem o projeto não deixa claro qual será o papel das faculdades privadas e o ministério não tem condições de fiscalizar essas instituições.

Já o ministério afirma que a participação será restrita às faculdades mais bem ranqueadas em avaliações do ensino superior. Diz ainda que, em caso de fraudes na emissão de diplomas, as instituições podem ser punidas com redução da nota ou serem descredenciadas pelo MEC.

Ainda não há data para a aplicação do novo exame. O





ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz esperar que isso ocorra ainda no primeiro semestre de 2020.

As mudanças são anunciadas em um contexto de atrasos na aplicação do Revalida. A última edição do exame ocorreu em 2017. Desde então, o aumento de ações judiciais e pressões para mudar o exame atrasaram a abertura de novas edições.

A estimativa do MEC é que cerca de 15 mil médicos formados no exterior participem das provas em 2020.

Os custos, no entanto, devem ficar mais altos para os candidatos. Segundo o MEC, o valor da primeira etapa está previsto em R\$ 330. Já a segunda, em R\$ 3.300. Em edições anteriores, esse valor era de cerca de R\$ 150 a primei-

ra etapa e R\$ 450, a segunda.

Na prática, a mudança indica uma tentativa do MEC em repassar parte dos custos da prova aos médicos. “Vamos reduzir a despesa ao pagador de imposto e fazer com que seja custeado pelos alunos”, diz Arnaldo Lima, secretário de Ensino Superior.

Haverá também mudanças na confecção das provas. Até então, eram feitas pelo Inep, instituto vinculado ao Ministério da Educação.

Agora, a pasta planeja fazer um convênio para que as provas sejam realizadas em parceria com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), UFC (Universidade Federal do Ceará) e o hospital Sírio-Libanês, em conjunto com o National Board Medical Examiners, órgão dos Estados Uni-

dos que aplica exames a estudantes de medicina. O Conselho Federal de Medicina acompanhará o processo.

De acordo com Lima, o ministério avalia ainda a possibilidade de que, no futuro, as provas de revalidação sejam integradas às provas de residência médica.

Outra medida em estudo pela pasta é rever uma portaria que suspende a abertura de novos cursos de medicina no país. Publicada em abril de 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB), a portaria congelou a oferta de novas graduações na área por cinco anos.

De acordo com Weintraub, a pasta avalia voltar a permitir a abertura de novos cursos em faculdades mais bem avaliadas. Ele não deu prazos.

# GDF destina R\$ 30 milhões a cartão

Credenciamento das papelarias participantes começa em 30 de dezembro e vai até 10 de janeiro de 2020

O programa Cartão Material Escolar ganhou um reforço orçamentário para o próximo ano. O GDF vai distribuir R\$ 30 milhões em materiais pedagógicos, como cadernos, borracha, canetas, lápis, mochilas e até jogos educativos, para alunos da rede pública. O recurso está 60% acima do que foi destinado este ano.

Além dos estudantes dos níveis fundamental e médio, o benefício será estendido à educação infantil. Quanto ao ensino especial, terá material específico. Ao todo, serão contemplados cerca de 70 mil alunos de famílias atendidas pelo programa federal Bolsa Família.

Com orçamento da Secretaria de Educação (SEE), a versão 2020 do programa, apresentada na quarta-feira (27) a 300 donos de papelarias do DF, prevê o credenciamento das papelarias pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) entre 30 de dezembro e 10 de janeiro de 2020 no Simplifica PJ, conforme edital de chamamento público já publicado no Diário Oficial do DF (DODF). Cada estudante dos níveis infantil, fundamental e

ensino especial vai receber R\$ 320. Os alunos do ensino médio receberão R\$ 240.

Ainda que tenha vários filhos contemplados, cada família atendida receberá um único cartão emitido pelo BRB no qual estarão disponíveis os créditos. O banco

**O GDF vai distribuir R\$ 30 milhões em materiais pedagógicos, como cadernos, borrachas, canetas, lápis, mochilas e até jogos educativos, para alunos da rede pública**

também fornecerá as maquinetas para as papelarias efetivarem as vendas.

O edital deste ano prevê cinco tipos distintos de lista de material escolar, cada uma para um nível de ensino. Na educação básica, haverá 42 itens a serem comercializados pelas papelarias. Já no ensino especial, o estudante poderá escolher até 172 itens da lista.

## Requisitos

Para participar do programa, as

papelarias deverão apresentar a documentação prevista no edital, possuir CNPJ válido e classificação da atividade econômica de comércio varejista para artigos de papelaria atualizada, além de estar adimplentes com as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Na última edição, em maio deste ano, 333 empresas foram cadastradas e, juntas, movimentaram mais de R\$ 18 milhões. "Nosso programa é tão exitoso que já despertou interesse até do governo federal", informa o subsecretário de Relações com o Setor Produtivo, Marcio Faria Junior.

"Esse programa gera emprego e estabilidade para as empresas, privilegia a economia local e aumenta a arrecadação tributária, além de favorecer a educação e a cidadania", comemora o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material de Escritório, Papelaria e Livraria do Distrito Federal (Sindipel-DF), José Aparecido da Costa Freire.

O credenciamento de papelarias pode ser feito no Simplifica PJ - QI 19, lotes 28/32, Setor de Indústrias, Taguatinga, das 8h às 17h30.

**ESTUDO NÃO SE PERDE**

Cursar o Ensino Médio em tempo integral deve ser uma estratégia do governo para atingir melhores resultados. Secretário do MEC, Jânio Macedo prevê aumento de 50% com mais 500 escolas já em 2020.



## Novo exame para médico formado no exterior terá provas no computador

Mudança reduzirá a zero custos para a União, diz ministro da Educação

Por Jonas Valente -  
Repórter da Agência Brasil  
Brasília

O novo exame de reconhecimento de diploma para médicos formados fora do Brasil, o Revalida, será realizado duas vezes no próximo ano e terá uma das etapas aplicada utilizando computador. Os novos procedimentos foram anunciados pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista coletiva nesta quinta-feira (28) em Brasília.

As novas regras do Revalida foram aprovadas ontem pela Câmara dos Deputados, no Projeto de Lei 4.067 de 2015. O substitutivo do deputado e ex-ministro da Saúde Ricardo Barros (PP-PR) abriu a aplicação do teste às

universidades privadas. Até então, apenas instituições de ensino públicas podiam fazer o exame.

As provas serão realizadas em duas etapas: uma teórica e uma prática. A primeira será aplicada de forma digital, em locais específicos. A segunda demandará a demonstração de conhecimentos práticos pelos candidatos. A primeira custará R\$ 330 e a segunda, R\$ 3.300, a serem custeados pelos concorrentes.

“Comparativamente ao custo do último, que foi em 2017 e era de R\$ 9.500 pagos pela União, haverá uma redução expressiva da despesa, que cairá para zero”, declarou Weintraub. Quem passar na primeira fase terá até 12 meses, período que contempla outros dois processos de seleção, para tentar ser aprovado na segunda etapa.

Segundo o ministro, a primeira prova do próximo ano deve ocorrer entre abril e junho. O MEC já está em diálogo com três instituições para conduzir o processo de aplicação: a Universidade Federal de São Paulo, a Universidade Federal do Ceará e o Hospital Sírio-Libanês. O conteúdo das questões será unificado para todo o país.

Os aprovados poderão buscar a revalidação de seus diplomas junto a instituições públicas e privadas de ensino. No caso destas últimas, a emissão será permitida àquelas com notas 4 e 5 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e que ofereçam cursos de medicina. Conforme o ministério, 425 faculdades e universidades cumprem essa exigência.

O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo de Lima Júnior, rebateu receios sobre a flexibilização dos





procedimentos e negou que as novas regras relaxem a avaliação dos profissionais. O questionamento apareceu durante o debate do PL 4.067 na Câmara. Uma das formas para manter exigências foi o estabelecimento de notas mínimas no Enade.

“Nunca existiu Revalida light. O exame será adequado às habilidades do SUS [Sistema Único de Saúde]. Não serão quaisquer universidades, mas aquelas com notas 4 e 5. Ainda haverá regulamentação nossa, que será um decreto. Ainda podemos colocar outros critérios para garantir a qualidade”, afirmou Lima Júnior. Ele acrescentou que o Conselho Federal de Medicina acompanhará o processo.

Weintraub ressaltou que a expectativa do MEC é dar conta da demanda represada de 15 mil profissionais graduados no exterior. Hoje a média do Brasil é de 2,2 a cada 1.000 habitantes.

Já a dos países desenvolvidos é de 3,4 a cada 1.000 pessoas. Caso todos esses graduados consigam revalidar seus diplomas, a média poderia chegar até a 2,7 a cada 1.000.

#### Médicos pelo Brasil

Também ontem, o Senado aprovou a medida provisória (MP) que atualiza o antigo programa Mais Médicos e o substitui pelo Médicos pelo Brasil. A redação permitiu a incorporação de médicos cubanos que atuavam no programa em novembro de 2018 e ficaram no Brasil.

Na transição entre a gestão Temer e o novo governo, no fim do ano passado, os médicos do país caribenho que integravam o programa foram chamados de volta à terra natal após o governo cubano romper o acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que viabilizava a presença de seus profissionais no Brasil.



## Estudantes querem psicólogo na escola

Alunos querem ainda presença de médico, orientador e assistente social

Por Gilberto Costa - Repórter da Agência Brasil Brasília

Sessenta e quatro por cento dos estudantes dos ensinos fundamental e médio ouvidos na terceira edição da pesquisa Nossa Escola em (Re)Construção “consideram importante” ter psicólogo na escola para atendê-los.

A demanda dos estudantes “tem sentido bastante amplo”, afirma Marisa Villi, diretora da Rede Conhecimento Social, organização criada em 2016 que dá continuidade às ações do Instituto Paulo Montenegro (Grupo IBOPE). Segundo ela, os jovens querem profissionais de psicologia na escola “tanto no apoio para lidar com sentimentos, quanto para orientar sobre o que venham a fazer no futuro”.

“Há uma preocupação entre os alunos de que as escolas apoiem no desenho do futuro deles”, destaca Tatiana Klix, diretora da Porvir, uma plataforma que produz conteúdos de apoio a educadores, que também esteve à frente da pesquisa.

A atuação permanente de psicólogos nas escolas está prevista em projeto de lei (PL) aprovado pelo Congresso Nacional. O PL, que chegou a ser vetado pela Presidência da República, foi restabelecido com a derrubada do veto presidencial na tarde dessa quarta-feira (27).

Além do psicólogo, os estudantes destacam a importância de ter médico ou outro profissional de saúde (39%), orientador educacional ou vocacional (37%), e assistente social (24%). Os percentuais não são excludentes. Treze por cento

afirmaram que “não são necessários outros profissionais”.

A pesquisa ouviu 258.680 estudantes, de 11 a 21 anos, de todo o Brasil. O levantamento não segue padrões de pesquisa de opinião pontual, com amostra representativa por estado. A coleta de dados é contínua, pela internet. A interpretação dos dados estatísticos foi refinada qualitativamente, com a realização de oficinas com estudantes do universo pesquisado, para compreensão mais elaborada de algumas respostas.

A maior participação na pesquisa foi de estudantes da Região Sudeste (63,5%). A maioria passou a maior parte da vida escolar em escolas públicas (93,4%), tinha de 15 a 17 anos (58%), é formada de meninas (52%) e se define de cor parda (42%).





#### Outras demandas

A pesquisa também levantou a opinião dos jovens sobre “o que não pode faltar na escola em termos de estrutura física”. A maior demanda é por “tecnologia não só no laboratório de informática” (53%). Em outra parte do questionário aplicado, o uso de tecnologia e a realização de atividades extraclasse foram os aspectos mais mal avaliados na pesquisa.

Para Tatiana Klix, alcançar a escola que os estudantes idealizam “não é impossível e nem exige muito dinheiro”. Segundo Marisa Villi, dá para mudar a escola em horizonte não longo. “O recurso que eles mais querem é para fazer mais pesquisa”.

Os jovens entrevistados também opinaram sobre as

“características mais valorizadas em um professor”: 40% das respostas indicam “saber explicar bem os conteúdos”, 29% registram “propor diferentes atividades nas aulas”; 27% assinalam “ser acolhedor e ter uma boa relação com os alunos”, mesmo percentual de “saber estimular o aluno a se questionar e buscar conhecimentos”.

Os alunos também sentem apreço pelos professores que “têm muito conhecimento sobre um assunto” (14%), que “são exigentes e sabem colocar limites nos alunos” (13%), que “sabem relacionar os conteúdos com a vida cotidiana” (11%), e que “têm vários interesses e conhecimentos diversos” (10%).